



POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MANANCIAL RIO SANTO ANASTÁCIO – UGRHI-22 SÃO PAULO – BRASIL

Thais Helena Gonçalves ¹
Antonio Cezar Leal ²

RESUMO:

O Rio Santo Anastácio, afluente do Rio Paraná, tem sido utilizado para atividades agropecuárias, abastecimento urbano de água e lançamento de efluentes. Dessa forma, trechos do leito fluvial encontram-se comprometidos pelo uso e ocupação de solo indevidos. Na perspectiva de encontrar soluções, discute-se ações de extensão universitária junto ao grupo de Pesquisa em Gestão Ambiental e Dinâmica Social Ambiental, integradas com projeto PROCAD, juntamente com a UniEvangélica, Anápolis/Goiás, e a Universidade de Brasília. O objetivo central nesta pesquisa é elaborar políticas públicas ambientais nos municípios de Álvares Machado, Anhumas, Pirapozinho, Presidente Prudente e Regente Feijó, que abrangem a bacia hidrográfica, e as políticas de recursos hídricos aplicadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema. Na pesquisa, verificou-se a dificuldade da proteção do manancial, em razão do conflito com as atividades urbanas e expansão econômica, revelando a necessidade da cooperação intermunicipal.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Manancial do rio Santo Anastácio, Área de Preservação Permanente

¹ Discente em Geografia – FCT-UNESP – Presidente Prudente-SP E-mail: thais-primavera@hotmail.com

² Professor Doutor - FCT-UNESP – Presidente Prudente-SP E-mail: cezarunesp@gmail.com

1 - INTRODUÇÃO

A discussão sobre como intervir aos problemas ambientais crescentes é cada vez mais complexa. O Brasil passa por dificuldades de abastecimento da população, que consome água de baixa qualidade por utilizar os rios de forma indevida, como por exemplo, depósito de dejetos. Os grandes centros urbanos crescem sem planejamento, deixando de lado a gestão ambiental. Buscar respostas sobre o que seria fundamental para mudança dessas práticas demanda tempo e estudo. É necessário apresentar propostas convincentes e elaborar projetos visando o bem-estar da população e harmonia com a natureza, seja no meio rural ou nas cidades.

A destruição do solo, flora, fauna e das águas superficiais e subterrâneas, além de uma degradação socioambiental vem sendo resultado das práticas indevidas do homem sobre o uso e ocupação do solo, onde o crescimento das tecnologias e o vasto conhecimento acerca do aumento de lucros a curto prazo, não analisa as consequências que impactam nosso cotidiano, saúde pública e danos irreversíveis ao meio ambiente.

Estudar os processos físicos e as ações tanto da urbanização como dos agentes naturais, pode ser o a solução para que órgãos públicos e empresas privadas comecem a se interessar sobre a área. Dessa maneira, adotar medidas sustentáveis, mesmo que mais caras, faz com que ao longo do tempo o retorno seja maior, visto que o incentivo do poder público acerca dessas empresas é a garantia para o desenvolvimento delas na economia, seja na escala estadual ou municipal, o que as tornam mais visíveis ao mercado. É assim que deve começar a inserir políticas públicas sobre os mananciais, apresentando a iniciativa privada ao ‘custo de adaptação á práticas sustentáveis revertido em lucro’.

O avanço de práticas agropecuárias e agrícolas ameaçam os rios de maneira direta. É comum fazendeiros desmatarem e criar canais de irrigação através dos rios que passam pela propriedade. A falta de mata ciliar em torno da bacia, facilita o assoreamento e a erosão de um solo já pobre e desprotegido torna o solo improdutivo e causa sérios impactos ambientais ao longo dos anos. Como resultado, vemos mortalidade dos peixes, diminuição de espécies e um triste cenário.

A compreensão historicista inicial, traduz o saber empírico que já temos sobre as áreas. Estas, atualmente ocupadas por sítiantes, foram sendo modificadas com o passar do tempo e a devastação é evidente. Não se pode colocar a culpa em quem vive nesses lugares, mas ajuda-los a ter um panorama maior sobre como o tempo e o espaço em si, necessitam de atenção especial a fim de proteger não apenas os recursos naturais, mas a vida dessas pessoas. É importante lembrar que estas são leigas no assunto, muitas vezes sem estudo, conhecendo de modo superficial os riscos que correm por viverem em locais inadequados, e por não estabelecerem práticas protecionistas para preservação do meio ambiente.

A análise da região a ser estudada, muito cara ao conhecimento geográfico, faz com que seja mais transparente a forma de abordagem dos principais problemas a serem discutidos. Sabemos que o homem em sua trajetória modifica o espaço e é um agente essencial na criação de paisagens conforme o seu gênero de vida, como a nossa organização no espaço e como isso intervém no meio ambiente. Com isso, o estudo inicial das áreas remete a preocupação em entender como estas foram colonizadas e a formulação de hipóteses sobre o que teria levado ao cenário atual.

Nessa perspectiva, a referente pesquisa analisa dados já disponíveis a fim de melhorar as Áreas de Preservação Permanente no manancial do Rio Santo Anastácio, afluente do Rio Paraná e ampliar medidas protetivas com atividades criadas a partir do âmbito da legislação, levantando informações sobre as políticas públicas ambientais disponíveis nos cinco municípios banhados pelo rio. Os recursos hídricos contam com comitês de bacias hidrográficas a fim de recuperar e preservar e revitalizar os cursos d'água, como a UGRHI-22, que tem como plano proteção de mananciais superficiais e subterrâneos, assim como o tratamento de nascentes e vegetação ao entorno conforme o Código Florestal.

Atualmente, as cidades continuam em crescimento e apontam mais problemas a serem resolvidos. Os córregos geralmente são encanados, desmedindo as consequências daqui alguns anos. Generalizar a falta de percepção ambiental também não é solução, notado que ao mesmo tempo que aumentam as demandas de preservação, as universidades, os comitês de bacia e vários outros órgãos colegiados também procuram respostas e caminhos mais fáceis para o cuidado dos locais mais afetados.

Essa necessidade ainda é um assunto a ser discutido. É escassa a participação da população nas decisões do seu município. A democracia propriamente dita pela eleição direta nas urnas não é refletida dessa forma na hora de concluir efetivamente o que seria correto para o desenvolvimento socioeconômico nesses lugares. A política vai afunilando os conceitos básicos de liberdade de expressão e conhecimento de um todo. Ninguém melhor para expor os verdadeiros problemas de saneamento, esgoto e saúde pública do que os próprios moradores.

Nesse sentido, as Políticas Públicas a serem formuladas durante o estudo, devem conter planos, programas e projetos voltados para sua parte ambiental tendo em vista o desenvolvimento de atividades juntamente com a comunidade para alcançar os objetivos inicialmente colocados a partir do resultado das pesquisas. É preciso capacitar as pessoas que vivem nas áreas que estão sendo recuperadas e entrar em um acordo, remanejando as tarefas agrícolas para outros lugares que não comprometam as nascentes dos rios que cortam as propriedades e nas cidades, o que favoreça o meio ambiente e os moradores que vivem perto dos fundos de vale.

O presente conteúdo não pontua apenas o que precisa ser melhorado. Reforça também que a disparidade social e a falta de oportunidade que remonta um processo de degradação bem maior por não haver um saber específico acerca de qualidade da água, áreas de Preservação Permanente, saúde pública a partir do cuidado ambiental e um posicionamento adequado conforme cada situação encontrada, tratando de um patrimônio a ser preservado.

Abrindo então para o debate sobre a gestão de recursos hídricos, meio ambiente, preservação e desenvolvimento sustentável, o trabalho visa apresentar soluções e novas políticas públicas ambientais, que precisam ser direcionadas mais diretamente à proteção de manancial. Ressaltando a indispensabilidade de intervenção através do diagnóstico das áreas afetadas. Desse modo, o projeto PROCAD influencia a um estudo completo de cooperação e extensão acadêmica com a FCT Unesp de Presidente Prudente/São Paulo, UniEvangélica, Anápolis/Goiás, e a Universidade de Brasília (UnB) a fim de contribuir para as pesquisas acadêmicas, na perspectiva de encontrar soluções viáveis a esses casos e contribuir para a sociedade em geral através do meio científico.

2 - METODOLOGIA

As atividades se realizaram conforme o plano inicial, desde a elaboração de um esboço do projeto, quanto a participação em outras atividades extracurriculares, as reuniões ligadas aos comitês de bacia e as prefeituras inseridas nessa pesquisa, o levantamento de dados e das legislações específicas do Estado de São Paulo e municipais, a participação em trabalhos de campo referentes aos cercamentos de algumas Áreas de Preservação Permanente, a missão discente de estudos diretamente ligada ao projeto de iniciação científica entre outros já mencionados, abriram os caminhos para que este estudo fosse realizado de maneira prática e completa, com informações atualizadas de 2017 dos cinco municípios. Além disso, uma vasta revisão bibliográfica foi realizada para o levantamento de informações sobre a situação do Rio Santo Anastácio a fim de fazer um contraponto com o cenário atual colocado pelas prefeituras e pelas observações a campo.

Foram aplicados questionários, elaborado conforme RISSO e PIROLI,2009 para agentes de prefeituras dos cinco municípios estudados concretizando uma análise mais profunda podendo levar a políticas públicas específicas, identificando a real necessidade desses lugares e buscando compreender como estes se organizam na questão de meio ambiente. Houve uma comparação aos dados obtidos em planilhas pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2015. Também foi analisado alguns Planos Diretores e a Lei Orgânica dos Municípios, bem como um estudo introdutório sobre a história da região.

Também foi analisada a situação do Rio Santo Anastácio na parte em que passa pelo município de Santo Anastácio, em um trabalho de campo realizado no dia 15 de maio de 2017. É clara a

quantidade de lixo depositada no rio, assim como uma mata ciliar escassa com uma cobertura apenas superficial que não atende aos requisitos básicos exigidos e está apenas de um lado da margem. Há uma cerca que não condiz mais com a situação do local e esta parece ter sido feita por moradores locais. A água também não atinge uma boa profundidade, percebendo como o volume fluvial está diminuindo conforme o tempo. O assoreamento do rio é evidente pela quantidade de areia depositada, sendo observado uma draga para a retirada da mesma. Desse modo, conseguimos apontar as dificuldades das prefeituras, as ações prioritárias e revelar práticas futuras. Este se torna um cenário que ressalta a necessidade de estudos para a diminuir os impactos ambientais e promover políticas públicas a fim de reverter o que está acontecendo, conservar as áreas de Preservação Permanente e preservar as que vem sendo afetadas pela utilização indevida.

3- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, 40% dos municípios estudados não possuem plano diretor, enquanto 60 % possuem, mas não estão com os dados totalmente atualizados, ou não estão acessíveis ao público geral nos sites, o que deveria ser obrigatório para que a população tomasse conhecimento do que vem sendo elaborado. Sendo assim, é importante elencar a necessidade de revitalizar os planos conforme os problemas registrados em cada gestão, para a composição de políticas públicas apropriadas. Por exemplo, deve ser considerado os principais problemas ambientais e fazer das políticas públicas parte integrante da legislação desses lugares.

Por outro lado, um ponto positivo seria que todos possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo, realizando reuniões e participando dos comitês de bacia, visto a importância já que toda área de estudo abrange muitas nascentes, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas através da disponibilização de informações. Posto que essas referências precisam ser coletadas e subdivididas conforme os departamentos, nos municípios há funcionários que trabalham atualmente para encaminhar as necessidades ambientais a resoluções adequadas. Apenas Álvares Machado não relatou a quantidade de trabalhadores ativos nesse setor.

É visto que no Brasil há leis e projetos que tem características de cuidado com o meio ambiente, mas que não saem do papel ou não são aproveitadas como esperado. Ainda há muito o que cobrar das prefeituras, já que várias políticas precisam ser mudadas e atualizadas para um melhor funcionamento, assim como colocar em prática as leis orgânicas, o que é pontuado no plano diretor, mas que não se torna realidade por diversas questões.

Os principais problemas ambientais diagnosticados na área de estudo foram: expansão das áreas urbanas para a bacia hidrográfica do manancial, assoreamento dos córregos e rios, falta de mata ciliar,

erosões rurais, empobrecimento dos solos, resíduos sólidos depositados em locais inadequados e diminuição do volume de água. A análise das políticas públicas dos cinco municípios permitiu observar que as leis orgânicas são muito parecidas, com caráter voltado à proteção do meio ambiente, embora, existam problemas relacionados à proteção de solos e recursos hídricos.

Algumas políticas públicas que ajudariam a manter o equilíbrio entre o urbano e rural, atitudes simples que mudariam completamente esse cenário. Entre elas se destacariam:

*Inserir a educação ambiental como prática obrigatória não só nas escolas, mas com agentes de saúde e pessoas orientadas para explicar aos munícipes a forma correta de descarte de lixo, do uso do solo e proteção de mananciais;

*Os municípios que já tiverem cooperativas ajudando na limpeza devem fiscalizar se a coleta seletiva está sendo feita e se os córregos que atravessam a cidade atendem as normas necessárias para mantê-lo limpo;

*Quanto ao campo, o incentivo aos moradores que possuem nascentes em suas propriedades pode ser uma forma de reforçar maiores cuidados com as áreas de preservação permanente. Esse incentivo pode vir de diversas maneiras como o abatimento de algum imposto ou gratificação por serviços prestados.

*Criar comissão que busque dar enfoque apenas aos recursos hídricos e suas vertentes, estudando e mapeando as APP's, ou em conjunto com a universidade, mantendo parceria com os municípios vizinhos para cumprir as demandas.

*Análise do avanço dos lugares que necessitam de preservação e replantio assim como observação do isolamento da área sem práticas agrícolas ou industriais que prejudiquem.

*As próprias empresas que se utilizam de bens ambientais ou precisam desmatar para construir, segundo a lei orgânica devem consertar danos cometidos a natureza, limpando e reflorestando. Dessa forma, deviam também ser as responsáveis não só pelo pagamento de multa, mas por patrocinarem as medidas de educação e conscientização, já que as áreas de mananciais são afetadas justamente pela falta de dinheiro que é imposta para outros fins;

*Estipular um plano de metas para se cumprir em um determinado número de anos, visando encontrar as APP's, monitorá-las, fazer o cercamento quando este não existir e cuidar para não comprometer as águas que abastecem o município;

*Atentar e garantir os princípios básicos de saneamento e esgoto, qualidade de vida e bem-estar da população. Em áreas rurais ou ribeirinhas é comum o descarte de dejetos nos rios, causando danos sérios e diretos a flora e fauna;

*Utilizar dos recursos geográficos para que, em várias escalas, sejam analisadas políticas protecionistas das bacias hidrográficas. Os órgãos públicos de fiscalização nesse caso, cobrariam relatórios e

resultados sobre determinadas áreas, visando o corte de verbas destinado aos municípios para essas práticas se as leis não forem cumpridas;

* Criar uma política específica para a conservação do solo, que degradado, contribui para uma série de desencadeamentos ambientais, tais como erosão e assoreamento;

Segundo Carlo, 2006, no caso específico do meio ambiente, seriam necessárias uma cooperação intermunicipal e as novas formas de gestão se tornam mais importantes para efetivar uma participação assídua com bons resultados, visto que o investimento financeiro para as práticas de preservação seria maior. A ação cooperada favorece o uso eficiente de recursos públicos destinados ao meio ambiente, e o resultado final acabaria por uma menor demanda de gastos para as prefeituras envolvidas, otimizando a sua renda e concluindo projetos economicamente viáveis para gerar **grandes resultados em curto e longo prazo.**

4- CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que o cenário atual não é o desejado no que se refere a estruturas de planejamento e preocupação ambiental pelas prefeituras responsáveis. Falta investimento e infraestrutura nos municípios que margeiam o Rio Santo Anastácio, mas isso ocorre também pela dificuldade de integração e interesse de outros órgãos em todas as esferas administrativas. Ainda resta um longo estudo avançando nas áreas prioritárias e em síntese, tornar a população ciente dos riscos que o descontrole ambiental pode causar, buscando na conscientização um modo de preservar os recursos naturais, observando que nessa perspectiva, a gestão ambiental é ligada ao bem-estar público. É esperado que essas políticas públicas, bem como o debate ao longo do trabalho, sirvam de subsídio para as prefeituras no que diz respeito a ações futuras que permeiam não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população. Sendo assim, este cumpre com o proposto e intenta a proteção da Bacia do Manancial do Rio Santo Anastácio.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RISSO, L.C; PIROLI, E.L. Questionário- Informações Cadastrais dos Municípios. Ourinhos-SP,2009.

CARLO, S. Gestão Ambiental nos Municípios Brasileiros: Impasse e heterogeneidade. Brasília,2006.

ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICIES IN THE MUNICIPALITIES OF THE WATERSHED OF SANTO ANASTÁCIO RIVER BASIN - UGRHI-22 SÃO PAULO – BRAZIL

ABSTRACT:

The Rio Santo Anastácio, a tributary of the Paraná River, has been used for agricultural activities, urban water supply and effluent disposal. In this way, stretches of the river bed, if compromised by the use and occupation of undue soil. Solution of problems, solutions of university extension next to the group of Research in Environmental Management and Environmental Social Dynamics, integrated with project PROCAD, together with UniEvangélica, Anápolis / Goiás and University of Brasília. The main objective of this research is to elaborate public policies in the municipalities of Álvares Machado, Anhumas, Pirapozinho, Presidente Prudente and Regente Feijó, which cover the river basin, as well as water resources policies applied by the Pontal do Paranapanema River Basin Committee. In the research, it was verified the difficulty of labor protection, due to the conflict with the urban and internal economic activities, revealing the necessity of

Keywords: Public Policies, Santo Anastácio river basin, Permanent Preservation Area